

## Prefácio<sup>1</sup>

Que Nuno Monteiro, belcantista confesso, se afaste da sua estética de eleição citando, no título do seu livro, nada menos do que a ópera wagneriana, denuncia bem que o tema se impôs ao autor como algo de grandioso e, num certo sentido, trágico.

Grandioso é, sem dúvida, o trabalho de composição, com uma longa abertura que introduz os *leitmotive* e traça o sentido das evoluções antecedentes do tema (recuando aos primórdios da dinastia brigantina), seguida por três atos onde se desenrola a ação principal. Em torno do tema central, a história da grande aristocracia portuguesa na fase final do Antigo Regime, desenvolvem-se coerentemente diversas linhas discursivas.

Na abertura, desenrolam-se as lutas pela imposição e interpretação das taxonomias sociais que definiam a identidade do grupo e a sua estratificação interna – lutas essas de que a Coroa saiu como principal vencedora, conseguindo impor e manter o seu sistema de categorias e constituir-se como a base da sobrevivência simbólica e material do grupo, numa escala que o autor não hesita em considerar uma singularidade do caso português e que condiciona todo o enredo.

O primeiro ato narra a gestão dos recursos humanos, materiais e simbólicos das casas aristocráticas no mercado matrimonial, tendo em vista a maximização da sua posição no interior do grupo e a concentração de recursos: orientada como era pela submissão dos destinos individuais às estratégias da casa, renovava-se em cada geração o

---

<sup>1</sup> A pedido do Nuno Gonçalo Monteiro, que muito me honra, este texto reproduz, com pequenas alterações, a recensão crítica da primeira edição deste *Crepúsculo* publicada em 2000 no número 151-152 da *Análise Social*.

problema da colocação dos descendentes, no casamento ou em destinos alternativos, com soluções variáveis consoante as situações e ao longo do tempo.

Segue-se uma análise da composição e administração do património e das rendas e, de modo indissociável, da exibição e instrumentalização do estatuto social (nomeadamente, em que medida última permite compreender a aparente irracionalidade da primeira, quer pelas obrigações do consumo ostentatório na sociedade de corte, quer pelo peso institucional do estatuto do grupo, estribado no poder da Coroa, face aos restantes agentes económicos).

O último ato, como que fechando o círculo, expõe o monopólio da prestação de serviços nos altos cargos da monarquia como principal dispositivo de conversão do estatuto social em recursos materiais e simbólicos; serviços esses remunerados, quer pela reprodução alargada do prestígio, quer pela aquisição ou renovação das mercês da Coroa, de cuja acumulação dependia a própria sobrevivência material das casas.

O virtuosismo da composição está no modo como estes temas, sem perderem a sua individualidade, se entrelaçam na unidade discursiva que atravessa toda a obra, através de contínuas referências cruzadas que esclarecem as suas conexões estruturais.

Aspeto fundamental do conjunto é a orquestração dos naipes de fontes, servida por um amplo acervo documental, alternando a análise estrutural de grandes massas de informação sistematizada (as trocas matrimoniais, o destino dos celibatários, a composição e o volume dos rendimentos, os montantes do endividamento...) e a inserção, sobre esse fundo, de pequenos trechos narrativos que exploram sequências singulares de acontecimentos (conflitos, negociações, tomadas de decisão várias, tanto no interior das casas como nas relações entre elas ou com a Coroa...). A argumentação alicerça-se, claramente, nas linhas de força retiradas dos indicadores estatísticos, cuja dinâmica temporal é criada pela comparação dos resultados das «amostras» recolhidas em diferentes intervalos cronológicos. Sobre este maciço e contínuo movimento de fundo, que imprime à grande narrativa o seu fio condutor (o percurso de conjunto do grupo, da sedimentação ao declínio final; as continuidades, as mudanças e os momentos de viragem), as micronarrativas põem em cena solistas que, por breves trechos, condensam o grande argumento em sequências de ação que servem, em primeiro lugar,

de vinhetas ilustrativas, mas que desempenham também uma função teórica mais importante.

Com efeito, uma asserção repetida é a de que, dentro da estrutura de oportunidades definida pelas relações das casas entre si e, especialmente, com a Coroa, se elaboraram «estratégias ativamente prosseguidas» pelos agentes individuais, cujo nódulo central era a reprodução, se possível alargada, do estatuto das suas casas e de cuja agregação resultam as próprias distribuições estatísticas. Os episódios narrados visam, então, revelar essa constituição das estruturas objetivas em disposições para a ação e mostrar como as ações assim estruturadas podiam, por sua vez, conduzir, sob a aparente autonomia dos protagonistas, à reprodução das suas condicionantes e à obediência aos seus destinos (não por acaso, as referências predominantes à teoria sociológica remetem para Pierre Bourdieu e para a noção de *habitus*) – o que é uma primeira aproximação ao lado trágico do enredo, no sentido clássico de «tragédia».

Essa natureza trágica do argumento culmina no próprio desfecho da história do grupo: presas dos laços que teciam a sua grandeza, estes imortais – que assim se queriam, não as pessoas, mas as casas, como verdadeiro corpo supraindividual – viram-se forçados a confrontar-se com uma mortalidade precipitada por essa mesma teia de dependências. Prisioneiros, quer dos recursos distribuídos pela Coroa em remuneração dos serviços passados; quer da orgânica dos cargos superiores da monarquia e da corte para a prestação de novos serviços visando renovações ou aumentos de mercês; quer ainda do apoio político da Coroa para a manutenção do seu estatuto privilegiado no confronto com o mundo, tantas vezes hostil, dos mortais (o mundo das arrematações de rendas, do crédito, dos processos por endividamento e das administrações judiciais), estes Grandes parecem ter sido, mais do que qualquer outra aristocracia europeia, uma elite de regime sem meios alternativos que lhe permitissem gerir, enquanto grupo, a transição para uma nova ordem social. Quando se esboroaram os seus rendimentos rígidos, devido à sua composição ou à gestão assente em arrematações antecipadas por grosso, teve de ser a Coroa a intervir politicamente para proteger as casas contra os credores, invocando precisamente a preservação do seu estatuto como uma necessidade de regime – e oferecendo assim ao discurso político liberal um argumento central sobre a corrupção do regime absolutista e o carácter parasitário da sua aristocracia.

Face à revolução liberal e à guerra civil que se lhe seguiu, que rumo podiam então estes Grandes tomar, se não o do alinhamento com a reação absolutista? Mas, com o triunfo do liberalismo, esse alinhamento somar-se-ia à ausência de recursos económicos e de *status* independentes do regime para lhes retirar as bases, tanto materiais como simbólicas, da sobrevivência como grupo de elite na nova ordem social e política da monarquia constitucional. O crepúsculo que se vinha insinuando precipitou-se então sobre os Grandes, consequência inelutável das próprias condições em que a sua grandeza se alicerçara e das formas como tentaram sobreviver às mudanças nessas condições. Cai o pano.

Espero que a esquematização do argumento e a linha de leitura aqui apontada façam justiça a este importante trabalho de história social, evidentemente de uma complexidade que os parágrafos acima nunca poderiam restituir. Do rigor da composição e da execução, da vastidão e diversidade dos materiais analisados e da inteligência com que são aproveitados, da sempre presente dimensão comparativa, basta dizer que impressionam, como terá ficado patente. Algumas questões teóricas, entretanto, merecem uma atenção algo mais pormenorizada.

Em primeiro lugar, o esquema central da matriz teórica da obra, pautado pela noção de reprodução, revela dificuldades em lidar com alguns aspetos da questão da mudança. Mais exatamente, da mudança endógena. O que há de mais bem sucedido na explicação do crepúsculo remete para a rigidez da estrutura de interdependências que fundamentava a grandeza, face às transformações do mundo à sua volta; portanto, a grande mudança aparece, paradoxalmente, precipitada pela incapacidade de mudar, de incorporar novos esquemas nas orientações de ação que definiam o grupo como elite. Deste ponto de vista, é facilmente compreensível o impacto da inflação da viragem de Setecentos para Oitocentos sobre uma prática de administração cristalizada, por assim dizer, num outro mundo; nem a estrutura dos rendimentos nem a mentalidade da sua gestão e utilização podiam responder de modo flexível às novas circunstâncias. O mesmo poderia dizer-se do impacto das mudanças políticas sobre um grupo cuja sobrevivência como elite se achava tão indissociavelmente vinculada ao regime.

Contudo, no próprio terreno em que o autor se coloca, resultam mais difíceis de explicar as mudanças nas disposições e nas «estratégias

ativamente prosseguidas» pelos agentes, como seja, por exemplo, a mudança dos padrões de colocação dos descendentes dentro ou fora do mercado matrimonial: à falta de melhor fundamentação empírica, a relação entre a quebra das colocações eclesiásticas dos celibatários e a hipotética difusão de uma «cultura das luzes» é algo expeditiva, ficando por explicar por que é que outros aspetos dessa «cultura das luzes» tiveram escassos efeitos, ou como uma tal desvalorização das carreiras eclesiásticas pôde ocorrer, se eram uma peça tão importante das estratégias geradas pelo *habitus* do grupo. Sobretudo sendo essa desvalorização, à falta de alternativas, disfuncional, pela acumulação de irmãos celibatários co-residentes a pesar sobre os gastos das casas e levando, num segundo momento, ao progresso do «individualismo afetivo» tão contrário ao próprio núcleo de disposições do modelo reprodutivo. Será certamente por aqui que um aprofundamento da estratégia micronarrativa e biográfica poderá dar frutos no futuro, sendo para isso necessário voltar à noção de *habitus* para questionar a sua operacionalidade.

Um segundo aspeto prende-se com a utilização que o autor ensaia da constatação do declínio do grupo para refutar teses anteriores sobre a persistência de uma mentalidade ou de valores aristocratizantes na sociedade liberal portuguesa. Sem contestar que essas teses devam ser objeto de crítica, nomeadamente, quanto ao carácter por vezes vago da definição dos traços dessa suposta «mentalidade aristocratizante», parece-me que não está demonstrada uma contradição lógica entre a desagregação da grande aristocracia como grupo de *status* e a persistência de valores aristocráticos protagonizados por outros atores, nexos esse que seria necessário para que a primeira pudesse refutar a segunda. Desde logo, porque esses valores, dentro da própria nobreza, não eram um exclusivo da grande aristocracia titulada e curial. Depois, porque a admissibilidade da refutação implicaria, como premissa, a impossibilidade de alguns dos valores da elite social dominante se constituírem como referências para outros grupos, nomeadamente aqueles que competiam por um lugar entre as elites sociais; o que contradiz não só a teoria sociológica, como os próprios elementos empíricos disponíveis – lembremos, com o autor, a barreira que o grupo estudado opôs ativamente às investidas de grandes negociantes e financeiros em busca de alianças matrimoniais, e os esforços miméticos destes no terreno das sociabilidades e do consumo ostentatório.

Por fim, cabe uma referência às virtudes e virtualidades comparativas da obra. Compreensivelmente, e de forma exemplar, o autor orienta os seus esforços comparativos para grupos sociais com estatutos idênticos noutras monarquias europeias, de modo a salientar a singularidade do caso português e do seu desfecho. A natureza dos problemas colocados e as hipóteses defendidas assim o impunham. Creio, contudo, que a riqueza do estudo abre pistas de comparação que transcendem os seus objetivos imediatos, oferecendo possibilidades de reflexão para investigações ulteriores, através da ampliação do campo comparativo a outros grupos e a outros processos. Havia elites sociais diferentes cujas posições dependiam de relações privilegiadas com a Coroa e com o regime – por exemplo, os grandes negociantes ligados aos monopólios, aos contratos e aos empréstimos (vejam-se os estudos de Jorge Pedreira); em que é que o colapso do regime os afetou, de que recursos alternativos deitaram mão, em que medida e por que meios conseguiram reproduzir e ampliar a sua posição como grupo de elite? A comparação sistemática permitiria talvez entender melhor, não só a especificidade de cada grupo, como a natureza do processo de transformação que todos protagonizaram.

Qualquer que seja o valor destas sugestões, elas servem, pelo menos, para mostrar que um grande trabalho de investigação, como este é, permanece aberto para interrogações que escapam às suas intenções expressas. Também neste sentido, algo lateral ao pretendido pelo autor, «o epílogo da história que se contou [pode desembocar] numa outra história que só agora se começa a escrever». Este *Crepúsculo* é também uma *Morgendämmerung*.

Rui Santos  
NOVA FCSH